



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

ANÁLISE DE RISCOS

Art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2026

A presente análise tem por finalidade identificar os principais riscos capazes de comprometer o planejamento, a seleção do fornecedor e a execução da contratação destinada ao registro de preços para fornecimento de certificados digitais e-CPF A1 e e-CNPJ A1, padrão ICP-Brasil, estabelecendo medidas preventivas e ações de contingência para reduzir a probabilidade de ocorrência e os respectivos impactos.

Para avaliação dos riscos foram considerados os níveis de probabilidade e impacto classificados como baixo, médio ou alto.

Nº	RISCO IDENTIFICADO	PROB.	IMPACTO	POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS	MEDIDAS PREVENTIVAS	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
1	Especificação técnica inadequada ou incompatível com os sistemas utilizados pela Câmara.	Baixa	Alta	Impossibilidade de utilização dos certificados no sistema institucional e no aplicativo móvel.	Definição expressa de certificado A1 , padrão ICP-Brasil, com possibilidade de geração e armazenamento pelo titular em arquivo PFX (PKCS#12) .	Recusar solução incompatível e exigir adequação ou regularização pela contratada, sem ônus adicional.
2	Contratação de empresa que não possua condições de fornecer certificados emitidos dentro da cadeia ICP-Brasil.	Baixa	Alta	Certificados sem validade jurídica ou impossibilidade de utilização nos sistemas que exigem padrão ICP-Brasil.	Exigir que os certificados sejam emitidos por Autoridade Certificadora regularmente integrante da ICP-Brasil e verificar a regularidade da cadeia de certificação.	Suspender a execução, exigir regularização e, se necessário, aplicar as medidas e sanções cabíveis e convocar fornecedor subsequente.
3	Baixa competitividade ou ausência de propostas válidas no procedimento licitatório.	Baixa	Média	Licitação deserta ou fracassada e atraso na disponibilização dos certificados.	Especificações objetivas, sem exigências restritivas indevidas, admitindo empresas que comercializem certificados vinculadas a entidades integrantes da cadeia ICP-Brasil.	Revisar as condições da contratação e promover novo procedimento, caso necessário.
4	Não conclusão dos procedimentos de emissão ou renovação no prazo estabelecido.	Média	Alta	Servidor, vereador ou representante institucional ficar temporariamente impossibilitado de realizar assinaturas ou autenticações digitais.	Estabelecimento de prazo máximo de 5 dias úteis para que a contratada conclua os procedimentos sob sua responsabilidade e disponibilize os elementos necessários à emissão.	Notificar a contratada para regularização imediata, aplicar penalidades quando cabíveis e adotar providências para evitar interrupção das atividades.
5	Falha, invalidade ou erro no termo de emissão, link, código, protocolo ou mecanismo disponibilizado ao titular.	Média	Alta	Impossibilidade de o titular concluir a emissão e gerar o certificado digital.	Exigir que a contratada forneça mecanismo válido de emissão e suporte durante todo o procedimento.	Determinar a substituição ou correção imediata do termo, link, código ou mecanismo, sem custos adicionais.
6	Titular ou representante legal não encaminhar documentos, não comparecer à entrevista ou deixar de adotar providência necessária à	Média	Média	Atraso na emissão do certificado por fato não imputável à contratada.	Comunicação prévia ao titular, agendamento da entrevista e orientação quanto à documentação necessária.	Registrar a pendência e suspender a contagem do prazo de execução enquanto a providência depender exclusivamente do titular, representante legal ou da





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Nº	RISCO IDENTIFICADO	PROB.	IMPACTO	POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS	MEDIDAS PREVENTIVAS	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
	emissão.					Contratante, retomando-se o prazo após a regularização.
7	Indisponibilidade ou dificuldade na realização da entrevista por videoconferência.	Média	Média	Atraso na validação e consequente postergação da emissão.	Prever possibilidade de validação por videoconferência e, quando necessário, atendimento presencial na sede da Câmara, conforme normas da ICP-Brasil.	Reagendar a videoconferência ou promover atendimento presencial na sede da Câmara, sem cobrança adicional.
8	Empresa não disponibilizar atendimento presencial quando necessário.	Baixa	Média	Impossibilidade ou atraso na validação de titulares que necessitem de atendimento presencial.	Prever expressamente no TR a obrigação de atendimento presencial na sede da Câmara Municipal, sem custo adicional, quando necessário.	Notificar a contratada e exigir o atendimento dentro de prazo compatível, aplicando as medidas contratuais cabíveis em caso de descumprimento.
9	Erro nos dados do titular ou da pessoa jurídica durante a emissão.	Baixa	Alta	Certificado emitido com dados incorretos e impossibilidade de sua utilização regular.	Conferência documental e validação dos dados antes da conclusão da emissão.	Exigir correção ou nova emissão sem ônus quando o erro for imputável à contratada ou às entidades utilizadas por ela na execução.
10	Comprometimento da confidencialidade da chave privada, senha ou informações utilizadas na emissão.	Baixa	Alta	Uso indevido do certificado, comprometimento da segurança das assinaturas e eventual necessidade de revogação.	Determinar que a geração e o armazenamento do PFX sejam realizados pelo próprio titular e que a senha e a chave privada permaneçam sob seu controle, observadas as normas da ICP-Brasil.	Revogar o certificado comprometido, providenciar nova emissão e apurar responsabilidades, conforme a origem do incidente.
11	Vazamento ou tratamento inadequado de dados pessoais dos titulares.	Baixa	Alta	Violação de dados pessoais, riscos de fraude e responsabilização administrativa ou civil.	Exigir sigilo, segurança da informação e observância da legislação de proteção de dados e das normas da ICP-Brasil.	Comunicar o incidente, adotar medidas para sua contenção, exigir providências da contratada e apurar eventual responsabilidade.
12	Certificado apresentar falha ou impossibilidade de utilização após a emissão por motivo imputável ao processo executado pela contratada.	Baixa	Alta	Interrupção ou comprometimento das assinaturas eletrônicas.	Prever expressamente responsabilidade da contratada pela regularidade do processo de emissão e suporte.	Exigir correção ou reemissão sem custos adicionais à Câmara.
13	Vencimento de certificado sem solicitação tempestiva de renovação.	Média	Alta	Interrupção temporária da assinatura eletrônica por servidor, vereador ou da autenticação institucional pelo e-CNPJ.	Controle interno das datas de validade dos certificados e acompanhamento pela unidade responsável.	Solicitar imediatamente nova emissão/renovação mediante utilização da Ata de Registro de Preços.
14	Estimativa de quantitativos superior ou inferior à demanda efetiva.	Média	Baixa	Sobra de quantitativos registrados ou necessidade superveniente superior ao inicialmente previsto.	Utilização do Sistema de Registro de Preços , com quantitativos estimativos e contratações realizadas conforme a efetiva necessidade.	Utilizar apenas os quantitativos efetivamente necessários e adotar os instrumentos legalmente admitidos caso surjam necessidades não absorvidas pela Ata.
15	Descontinuidade das atividades da contratada ou da entidade da cadeia de certificação utilizada durante a vigência da Ata.	Baixa	Alta	Impossibilidade de atendimento de novas solicitações de emissão ou renovação.	Acompanhamento das condições de habilitação e da regularidade das entidades responsáveis pela emissão durante toda a vigência da Ata.	Notificar a contratada para apresentação de solução regular equivalente e, não sendo possível, adotar medidas para extinção da contratação, aplicação de sanções e eventual convocação dos demais licitantes, conforme o caso.
16	Divergência entre a quantidade efetivamente executada e aquela apresentada para pagamento.	Baixa	Média	Pagamento indevido ou dificuldade na liquidação da despesa.	Vincular cada emissão à respectiva Nota de Empenho/Solicitação de Fornecimento e manter controle individual das unidades efetivamente executadas.	Glosar valores não comprovados e efetuar o pagamento somente das unidades regularmente executadas e recebidas.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Conclusão da análise de riscos

Os riscos identificados são, em sua maioria, controláveis mediante adequada especificação do objeto, fiscalização da execução e acompanhamento dos procedimentos de emissão e renovação. Merecem especial atenção os riscos relacionados à regularidade da cadeia ICP-Brasil, à compatibilidade dos certificados com os sistemas utilizados pela Câmara, ao cumprimento dos prazos, à proteção dos dados pessoais e, principalmente, à segurança da chave privada e das credenciais dos titulares.

A sistemática prevista no Termo de Referência, segundo a qual a CONTRATADA realiza os procedimentos sob sua responsabilidade e disponibiliza ao titular o termo de emissão, código, link, protocolo ou mecanismo equivalente, cabendo ao próprio titular concluir a emissão e gerar o arquivo PFX, reduz significativamente os riscos relacionados à guarda e ao compartilhamento da chave privada. O TR também prevê entrevista por videoconferência ou presencialmente e prazo de até 5 dias úteis para conclusão das providências sob responsabilidade da contratada.

Diante das medidas preventivas e de contingência propostas, não foram identificados riscos que inviabilizem a contratação, sendo os riscos residuais considerados administráveis no decorrer do procedimento e da execução da futura Ata de Registro de Preços.

Votuporanga/SP, 24 de setembro de 2026

WILSON DA SILVA BORGES

Oficial de Compras, Arquivo e Patrimônio

